

Ordinária/2025, no período de 16 a 19 de junho de 2025. Lembramos, ainda, que a relação dos processos deve ser encaminhada com antecedência mínima de 03 (três) dias do início da referida sessão, ou seja, até a quarta-feira, dia 11/06/2025, e que os votos deverão ser inseridos na pasta "Sessão Virtual" até um dia antes do início da sessão (dia 13/06/2025).

Recife, 04 de junho de 2025.

Ana Carolina Paes de Sá Magalhães
Promotora de Justiça
Secretária do CSMP

AVISO CSMP Nº 05ª SESSÃO ORDINÁRIA - CSMP

Recife, 4 de junho de 2025

EXTRATO DA ATA DA 05ª SESSÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Data: 28 de maio de 2025

Horário: 14h

Disponível em: <https://www.youtube.com/@mppeaovivo2692/streams>

Presidência: Dr. RENATO DA SILVA FILHO – Subprocurador-Geral em Assuntos Institucionais

Conselheiros Presentes:

Presidente da AMPPE: Drª. Helena Martins Gomes

Secretário(a): Dra. Ana Carolina Paes de Sá Magalhães

Consustanciada em ata eletrônica e gravada em áudio (Formato Vídeo/MP3). Dando início aos trabalhos, o Presidente em exercício cumprimentou todos os presentes e solicitou que a Secretária desse prosseguimento com a verificação da constituição do quórum regimental. Com a correspondente constituição do quórum regimental, foi passada a palavra ao Presidente em exercício, que declarou aberta a sessão e começou a tratar dos assuntos previstos em pauta: I – Comunicações da Presidência: O Presidente em exercício saudou todos e solicitou licença para ler ofício encaminhado pelo Procurador-Geral de Justiça, Dr. José Paulo Cavalcanti Xavier Filho, tratando de proposta de modificação do regimento interno do Conselho Superior. Informou que a proposta de reforma do regimento interno do CSMP foi apresentada pela Conselheira Dra. Giani Maria do Monte Santos Rodolfo de Melo, com o objetivo de modificar artigos da normativa. De acordo com o ofício lido, a proposição encontrava amparo no artigo 11, inciso XVI, e artigo 58, parágrafo único, do regimento interno, bem como nas Instruções Normativas CSMP nº 01/2020 (alterada pela IN nº 03/2022) e na Lei Orgânica Estadual do Ministério Público de Pernambuco (Lei Complementar nº 12/94). Assim, considerando a justificativa, a relevância e a necessidade de adequação do regimento às demandas atuais, o Presidente conheceu do pedido e designou comissão para análise e elaboração da minuta de alteração do regimento interno. A comissão, de acordo com o documento lido, seria composta pelos conselheiros Dr. Charles Hamilton dos Santos Lima, Dra. Liliane da Fonseca Lima Rocha e Dra. Lucila Varejão Dias Martins. A comissão, conforme determinava o ofício do qual se fez a leitura, deveria apresentar a minuta e justificativa, para posterior deliberação, pela maioria absoluta do Colegiado, em sessão extraordinária convocada para este fim, conforme artigo 58 do Regimento Interno. Na sequência, foram feitas as comunicações que exigiram reserva de sessão. II – Comunicações dos Conselheiros e da Presidente da AMPPE: A Dra. Giani Maria do Monte Santos Rodolfo de Melo expressou sua irrisignação com o despacho do Procurador-Geral de Justiça em relação à sua proposta de alteração do Regimento Interno, pelo menos parcialmente. Ela explicou que o requerimento foi formulado em abril, após a primeira sessão do mês, e se referia à minuta de regimento que ela havia elaborado na composição anterior do colegiado, sob a presidência do ex-Procurador-Geral de Justiça, Dr. Marcos Carvalho. A Dra. Giani sustentou que havia se colocado à disposição para elaborar a proposta de

alteração, que considera premente para adequar as normas do regimento às inovações tecnológicas e outras necessidades. Expôs que havia anexado uma minuta com várias propostas e observações relativas à adequação do regimento às alterações mais atuais da Lei Orgânica do Ministério Público e à dinâmica dos trabalhos. A conselheira registrou também que, embora tenha assumido a relatoria deste processo na composição anterior, estava trabalhando sozinha e não em comissão, e que, embora reconheça a importância do trabalho em comissão, conseguiu apresentar apontamentos pertinentes. A Dra. Giani Maria do Monte deixou registrada sua irrisignação por seu nome não ter sido aceito para compor a comissão, pois entende que é um trabalho eminentemente técnico e que a escolha talvez tenha tomado um viés mais político. afirmou, por fim, que, compondo o colegiado, se pronunciaria sobre o trabalho da comissão. Em seguida, o Dr. Charles Hamilton dos Santos Lima informou que, no dia 15 de maio, ele, o Dr. Aginaldo Fenelon e a Dra. Ana Carolina Paes de Sá Magalhães compareceram ao I Encontro Nacional de Integrantes dos Conselhos Superiores do Ministério Público, em São Paulo. Acrescentou que o evento, a convite do Ministério Público de São Paulo, contou com a participação de representantes de 18 estados e abordou diversos temas, como movimentação de carreira, sistemas e tecnologia utilizados, merecimento, sistema de banco de dados e a discussão sobre a replicação da resolução do CNJ para ter editais exclusivos para as promotoras participarem do Colégio de Procuradores. O Dr. Charles Hamilton dos Santos destacou que a participação feminina no Colégio de Procuradores é uma necessidade em 16 estados da federação, mas em 10 deles, pelo menos 40% do quadro é composto por mulheres. Ele mencionou que Pernambuco se destaca nesse aspecto, junto com Bahia, Ceará, Rio Grande do Norte e Piauí, tendo atingido a paridade no ano 2000. A ideia é tornar esse encontro permanente, extensivo a outros conselheiros, e a próxima edição provavelmente será em Santa Catarina. Com a palavra, o Dr. Marco Aurélio Farias da Silva comunicou que, na última sexta-feira, foi realizado mais um seminário para fortalecer a cultura em Pernambuco, em Garanhuns. Ele destacou a presença dos colegas de Garanhuns, o coordenador Carlos Tavares, e da circunscrição, Stanley Correia e Domingo Sávio, que proferiu uma palestra sobre sua experiência na promoção da cultura em Garanhuns. Elogiou, também, o trabalho do servidor Felipe, de Garanhuns, que foi um diferencial no evento, lidando com maestria com o grande volume de inscrições, que excedeu o número de cadeiras no auditório. III – Aprovação da Ata da 4ª Sessão Ordinária/2025: Colocado em apreciação o(s) extrato(s) da(s) ata(s) da(s) 4ª Sessão Ordinária, realizada(s), em 07/05/2025, foi aberta a discussão. O Presidente em exercício, então, submeteu o(s) extrato(s) da(s) ata(s) da 4ª Sessão Ordinária(s) do CSMP/2025 à discussão e votação, tendo sido aprovada(s) à unanimidade dos votantes. IV – Processos apreciados nas 16ª, 17ª e 18ª Sessões Virtuais/2025: O Presidente em exercício registrou, de acordo com § 5º do art. 35 do Regimento Interno do CSMP, que decorreu o prazo de julgamento, sem oposição dos Conselheiros ou interessados, dos processos da 16ª Sessão Virtual, realizada no período de 05 a 09 de maio de 2025, cuja relação foi publicada no Diário Oficial do dia 30/04/2025; dos processos da 17ª Sessão Virtual, realizada no período de 12 a 16 de maio de 2025, cuja relação foi publicada no Diário Oficial do dia 09/05/2025, dos processos da 18ª Sessão Virtual, realizada no período de 19 a 23 de maio de 2025, cuja relação foi publicada no Diário Oficial do dia 16/05/2025. Colocada em votação, o Colegiado, por unanimidade, aprovou a homologação dos votos das referidas sessões virtuais (Anexos I, II e III). V – Informações constantes da pauta: V.I – Instaurações de Inquéritos Cíveis, Procedimentos Administrativos e Preparatórios: 01973.001.904/2024, 01973.001.927/2024, 01973.001.982/2024, 01973.001.957/2024, 01891.003.451/2024, 01973.001.977/2024, 01973.001.972/2024, 01973.001.921/2024, 01973.001.988/2024, 01973.001.893/2024, 01973.001.948/2024, 01891.001.359/2025, 01973.001.974/2024, 01973.001.959/2024, 01973.001.916/2024, 01973.001.926/2024, 01973.001.958/2024, 01973.001.913/2024, 01973.001.960

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA
José Paulo Cavalcanti Xavier Filho

SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA EM
ASSUNTOS INSTITUCIONAIS:

Renato da Silva Filho

SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA EM
ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS:

Hélio José de Carvalho Xavier

SUBPROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA EM
ASSUNTOS JURÍDICOS:

Norma Mendonça Galvão de Carvalho

CORREGEDORA-GERAL
Maria Ivana Botelho Vieira da Silva

COORDENADOR-GERAL SUBSTITUTO
Charles Hamilton dos Santos Lima

SECRETÁRIA-GERAL:
Janaina do Sacramento Bezerra

CHEFE DE GABINETE
Frederico José Santos de Oliveira
COORDENADORA DE GABINETE
Ana Carolina Paes de Sá Magalhães

OUIVIDORA
Maria Lizandra Lira de Carvalho

CONSELHO SUPERIOR

José Paulo Cavalcanti Xavier Filho
(Presidente)
Maria Ivana Botelho Vieira da Silva
Aginaldo Fenelon de Barros
Giani Maria do Monte Santos
Edson José Guerra
Marco Aurélio Farias da Silva
Liliane da Fonseca Lima Rocha
Charles Hamilton dos Santos Lima
Lucila Varejão Dias Martins

MP PE
Ministério Público de Pernambuco

Roberto Lyra - Edifício Sede
Rua Imperador Dom Pedro II, 473 - Sto Antonio
CEP 50.010-240 - Recife / PE
E-mail: ascom@mppe.mp.br
Fone: 81 3182-7000

/2024, 01973.001.986/2024, 01973.001.983/2024, 01973.001.923/2024, /2025, 02308.000.111/2025, 02309.000.097/2025, 02307.000.118/2025, 01891.001.408/2025, 01891.001.417/2025, 01891.001.418/2025, 02309.000.087/2025, 02308.000.062/2025, 02304.000.009/2025, 01891.001.108/2025, 01876.000.647/2024, 01876.000.255/2025, 02308.000.106/2025, 02053.000.409/2023, 01939.000.229/2021, 02014.001.957/2024, 01891.001.533/2025, 01980.000.084/2025, 01939.000.201/2022, 02009.000.338/2023, 02160.000.324/2024, 01980.000.083/2025, 01891.001.440/2025, 02014.001.958/2024, 02070.000.341/2023, 02070.000.482/2022, 02308.000.129/2025, 01876.000.613/2024, 02269.000.032/2025, 01673.000.073/2025, 01939.000.197/2021, 01734.000.007/2020, 02053.000.529/2023, 01662.000.052/2024, 02019.000.349/2025, 02019.000.350/2025, 01716.000.027/2022, 01725.000.068/2023, 02053.002.055/2023, 02140.000.718/2024, 02050.000.688/2024, 02272.000.092/2025, 01939.000.141/2021, 02053.001.582/2024, 02053.001.595/2024, 02050.000.639/2024, 02323.000.527/2024, 01607.000.082/2024, 01707.000.049/2023, 01734.000.074/2020, 02243.000.204/2023, 01787.000.408/2023, 02158.000.264/2025, 02331.000.010/2025, 02272.000.287/2022, 02160.000.117/2023, 01621.000.024/2021, 02268.000.067/2024, 02748.001.354/2024, 02154.000.030/2025, 02070.000.511/2023, 01876.000.677/2021, 02246.000.127/2024, 01876.000.265/2025, 01707.000.058/2025, 01940.000.683/2024, 01708.000.033/2021, 01876.000.693/2023, 02140.000.728/2024, 02865.000.092/2025, 01701.000.018/2024, 01923.000.086/2024, 02050.000.485/2023 V.IV - Termo de Ajustamento de Conduta – TAC: 01850.000.013/2025; V.V – Suspeição: 19.20.0561.0008174/2025-22, 02272.000.096/2025, 01998.000.819/2024, 01876.000.277/2025, 19.20.1686.0008461/2025-36, 19.20.0378.0009310/2025-31, 02090.000.542/2024, 01876.000.270/2025, 01876.000.655/2024, 19.20.1686.0009600/2025-32 V.VI – Recomendação: 02144.000.058/2025, 01734.000.011/2020, 02137.000.132/2024, 01590.000.020/2025, 01590.000.021/2025, 02269.000.032/2025, 01973.002.010/2024, 01973.002.003/2024, 02014.001.943/2024, 01607.000.021/2024, 02474.000.113/2022, 02302.000.504/2024, 02014.001.955/2024, 01891.001.307/2025, 02014.001.961/2024, 02328.000.479/2024, 02272.000.220/2024, 02474.000.189/2024, 02014.000.155/2024, 01691.000.174/2024, 02014.000.746/2024, 02014.001.791/2024, 02237.000.020/2025, 01871.000.115/2023, 01783.000.193/2024, 02206.000.069/2025, 02206.000.070/2025, 01843.000.102/2023, 02137.000.158/2024, 02144.000.409/2024, 01689.000.057/2024, 01643.000.261/2024, 01850.000.013/2025, 02474.000.091/2024, 01891.003.264/2024, 01891.003.362/2024, 01879.000.871/2024, 02061.001.376/2021, 02478.000.020/2025, 02053.001.791/2024, 02237.000.020/2025, 01871.000.115/2023, 01843.000.102/2023, 02137.000.158/2024, 02144.000.409/2024, 01891.003.264/2024, 01891.003.362/2024, 01891.003.725/2024. V.VIII – Processos Julgados em sessões anteriores e que foram publicados com incorreções, nas atas: da 11ª Sessão Ordinária do CSMP/2020, publicada no DOE de 22/05/2020, onde consta “2009/1374086”, leia-se 2009/38189; da 35ª Sessão Ordinária do CSMP/2020, publicada no DOE de 27/07/2020, onde consta “2018/206193”, leia-se 2016/2224796. O Presidente em exercício solicitou licença para inverter a pauta para julgar, primeiramente, o item VII e o item IX. Depois foram julgados os demais itens na seguinte ordem: VI – Julgamento do SIM 01998.001.992/2024 – Relator: Dr. AGUINALDO FENELON DE BARROS: presente o(a) recorrente na sessão, a(o) relator(a) passou a apresentar o relatório. A parte interessada fez uso da palavra pelo prazo de 10 minutos, expondo suas razões. O(A) relator(a), então, expôs seu voto pelo conhecimento e pelo desprovisionamento do recurso, fundamentando que os fatos narrados já foram objeto de investigação em outros procedimentos preliminares e que a notícia de fato não se enquadrava nas modalidades de improbidade administrativa previstas na lei, nem há fatos ou provas novas que justifiquem a reabertura das investigações. Colocado em votação, o Colegiado, por unanimidade, conheceu e não proveu o recurso, nos termos do voto do(a) relator(a); VII – Julgamento do SEI 19.20.0303.0006048/2025-87 – Voto-vista Dr. CHARLES HAMILTON DOS SANTOS LIMA: inicialmente, o Dr. Charles Hamilton dos Santos apreendeu breve relatório, esclarecendo que o requerimento visava à autorização para estudos no exterior ,com a permanência nas atividades ministeriais do promotor de justiça André Silvani da Silva Carneiro e que o relator original, Dr. Agnaldo Fenelon de Barros, acolheu integralmente o pedido. Diante disso, ele solicitou vista dos autos. Após análise, então, o Dr. Charles Hamilton dos Santos Lima apresentou seu voto visto, no sentido de deferir a autorização para que o membro frequente o curso de Mestrado em Ciências Criminais na Universidade do Minho (Uminho), em Braga, Portugal, no período de setembro de 2025 a setembro de 2027, mas indeferir o pedido de exercício simultâneo de suas atividades ministeriais em regime de teletrabalho a partir do exterior. Ele fundamentou seu voto na ausência de previsão legal expressa para essa modalidade, no respeito aos princípios da legalidade estrita e da supremacia do interesse público, e nos riscos de incompatibilidades práticas e da criação de precedentes indesejáveis para a instituição. Com a palavra, o interessado, Dr. André Silvani da Silva Carneiro, fez uso da palavra, por 10 minutos, expondo suas razões e destacando

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA
José Paulo Cavalcanti Xavier Filho**SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA EM**
ASSUNTOS INSTITUCIONAIS:

Renato da Silva Filho

SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA EM
ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS:

Hélio José de Carvalho Xavier

SUBPROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA EM
ASSUNTOS JURÍDICOS:

Norma Mendonça Galvão de Carvalho

CORREGEDORA-GERAL

Maria Ivana Botelho Vieira da Silva

COORDENADOR-GERAL SUBSTITUTO

Charles Hamilton dos Santos Lima

SECRETÁRIA-GERAL:

Janaina do Sacramento Bezerra

CHEFE DE GABINETE

Frederico José Santos de Oliveira

COORDENADORA DE GABINETE
Ana Carolina Paes de Sá Magalhães**OUVIDORA**

Maria Lizandra Lira de Carvalho

CONSELHO SUPERIORJosé Paulo Cavalcanti Xavier Filho
(Presidente)

Maria Ivana Botelho Vieira da Silva

Aguinaldo Fenelon de Barros

Giani Maria do Monte Santos

Edson José Guerra

Marco Aurélio Farias da Silva

Liliane da Fonseca Lima Rocha

Charles Hamilton dos Santos Lima

Lucila Varejão Dias Martins



Ministério Público de Pernambuco

Roberto Lyra - Edifício Sede
Rua Imperador Dom Pedro II, 473 - Sto Antonio
CEP 50.010-240 - Recife / PE
E-mail: ascom@mppe.mp.br
Fone: 81 3182-7000

que a legislação não previa o teletrabalho quando foi concebida, mas que a realidade atual e a tecnologia permitem o exercício remoto, conforme a Recomendação do Conselho Nacional do Ministério Público. Ele ressaltou que a 57ª Promotoria de Justiça Criminal da Capital, onde atua, opera de forma virtual, e que o indeferimento iria contra o interesse público. O Dr. André Silvani da Silva Carneiro mencionou que servidores do Ministério Público já atuam em regime de teletrabalho, inclusive residindo no exterior. O Dr. Agnaldo Fenelon de Barros, em seguida, manteve seu voto pelo deferimento integral do pedido, autorizando tanto a frequência ao curso quanto o trabalho remoto, justificando que o Conselho Nacional do Ministério Público não vetou o trabalho remoto a membros e deixou margem para que cada unidade aprecie as excepcionalidades. Ele argumentou que o caso é uma excepcionalidade, temporária, e que a promotoria permite o trabalho remoto. Em votação, a Dra. Liliane da Fonseca Lima Rocha acompanhou o voto do Dr. Charles Hamilton dos Santos Lima. A Dra. Giani Maria do Monte Santos Rodolfo de Melo filiou-se ao entendimento do Dr. Agnaldo Fenelon de Barros, relator original, votando pelo deferimento pleno do pedido, fundamentando seu voto na anomia legislativa, confluência normativa, caráter transitório, ausência de dano, inovações tecnológicas, eficiência, supremacia do interesse público e precedentes. A Dra. Lucila Varejão Dias Martins acompanhou o voto do Dr. Charles Hamilton dos Santos Lima, justificando pela necessidade de respaldo na normativa do Ministério Público Estadual. O Dr. Marco Aurélio Farias da Silva, após, apresentar preocupações sobre o teletrabalho em estados de desenvolvimento e a necessidade de presença física para a função política dos membros, e a Dra. Cristiane de Gusmão Medeiros, alicerçando seu voto na legalidade e no respeito aos colegas que compatibilizam atividades, apesar de reconhecer a eficiência do requerente, também acompanharam o voto do Dr. Charles Hamilton dos Santos Lima. A Dra. Maria Ivana Botelho Vieira da Silva, Corregedora-Geral, acompanhou o voto do Dr. Charles Hamilton dos Santos Lima, em razão da falta de legalidade e da orientação do Conselho Nacional dos Corregedores-Gerais do Ministério Público, bem como na diferença de papéis entre membros e servidores. O Presidente em exercício, Dr. Renato da Silva Filho, acompanhou o voto do Dr. Charles Hamilton dos Santos Lima. O Colegiado então, por maioria de votos (7 votos a 2), deferiu o pedido de autorização para que o promotor de justiça frequente o curso de Mestrado em Ciências Criminais na Universidade do Minho (Uminho), em Braga/Portugal, pelo período solicitado, e indeferiu o pedido de exercício simultâneo de suas atividades ministeriais em regime de teletrabalho a partir do exterior, diante da ausência de previsão legal expressa para esta modalidade. VIII – Julgamento do SIM 02040.000.135/2024 – Relatora: Drª. GIANI MARIA DO MONTE SANTOS RODOLFO DE MELO: presente o(a) recorrente na sessão, a(o) relator(a) passou a apresentar o relatório. A parte interessada fez uso da palavra pelo prazo de 10 minutos, expondo suas razões. O(A) relator(a), então, expôs seu voto pelo conhecimento e pelo desprovisionamento do recurso, fundamentando que, embora o recurso fosse tempestivo, não se vislumbrava no caso direito ou interesse difuso, coletivo ou individual homogêneo a ensejar a atuação do Ministério Público, tratando-se de direito patrimonial individual disponível. Colocado em votação, o Colegiado, por unanimidade, conheceu e não proveu o recurso, nos termos do voto do(a) relator(a); IX – Julgamento do SEI 19.20.0398.0030018/2024-17 – Relatora: Drª. LUCILA VAREJÃO DIAS MARTINS: inicialmente, a Dra. Lucila Varejão Dias Martins esclareceu que, no requerimento, pleiteava-se autorização de afastamento para cursar doutorado em direito pela Universidade Federal de Pernambuco, com amparo no artigo 15 da Lei 8625/93 e na Resolução do Conselho Superior do Ministério Público n.º 003/2013. O Dr. Domingo Sávio Pereira Agra, interessado, fez uso da palavra, reiterando os termos do requerimento. Ele destacou que o pedido é amparado legalmente e que a proposta de estudo empírico é de interesse do Ministério Público. Esclareceu-se que a Procuradoria-Geral de Justiça declarou a continuidade dos serviços a cargo do requerente em caso de afastamento e a

Escola Superior atestou a compatibilidade da proposta com a atuação institucional do Ministério Público de Pernambuco. A Dra. Lucila Varejão Dias Martins, relatora, votou, então, no sentido de deferir a autorização ao Dr. Domingo Sávio Pereira Agra para frequentar o Curso de Doutorado em Direito da Universidade Federal de Pernambuco, com dispensa parcial do exercício das funções ministeriais, nos termos da Resolução-CSMP n.º 003/2013. Ela ressaltou que, em caráter excepcional, no presente período letivo, a dispensa do expediente ministerial seria nos dias de atividades acadêmicas já agendadas, mas a partir do próximo semestre, o requerente deveria reorganizar sua rotina acadêmica para atender à limitação de dispensa do expediente por dois dias na semana, conforme precedente do Conselho Superior. Determinou-se também que o afastamento parcial se daria sem ônus para a instituição e condicionado à designação de substituto. A Dra. Giani Maria do Monte Santos Rodolfo de Melo pediu vista dos autos. Apesar do pedido de vista, os seguintes conselheiros se julgaram aptos a votar e adiantaram seus votos: Dr. Marco Aurélio Farias da Silva, Dr. Charles Hamilton dos Santos Lima, Dra. Maria Ivana Botelho Vieira da Silva (Corregedora Geral), Dra. Cristiane de Gusmão Medeiros e Dr. Renato da Silva Filho (Presidente em exercício) acompanharam o voto da relatora, Dra. Lucila Varejão Dias Martins. Adiado à conclusão do julgamento em razão do pedido de vista da Dra. Giane Maria do Monte. X – Julgamento do SIM 02220.000.318/2023 – Relatora: Drª. LUCILA VAREJÃO DIAS MARTINS: julgamento retirado de pauta, a pedido do advogado do recorrente. XI – Julgamento do SIM 01669.000.007/2025 – Relatora: Drª. LUCILA VAREJÃO DIAS MARTINS: devidamente notificado(a) para manifestar interesse em participar do presente julgamento, o(a) recorrente deixou transcorrer o prazo in albis. Diante desta informação, o(a) relator(a) passou a apresentar o relatório e o seu voto pelo conhecimento e pelo não provimento do recurso, fundamentando que a matéria já se encontra judicializada. Colocado em votação, o Colegiado, por unanimidade, conheceu e indeferiu o recurso, nos termos do voto do(a) relator(a); XII – Julgamento do SIM 02053.002.627/2024 – Relatora: Drª. LUCILA VAREJÃO DIAS MARTINS: presente o(a) recorrente na sessão, a(o) relator(a) passou a apresentar o relatório. A parte interessada fez uso da palavra pelo prazo de 10 minutos, expondo suas razões. O(A) relator(a), então, expôs seu voto pelo conhecimento e pelo desprovisionamento do recurso, fundamentando que a alegação de deformação de uma tigela adquirida pelo recorrente, ainda que configure um vício no produto, caracteriza um direito individual disponível de natureza patrimonial, e não um dano coletivo, pois se restringe a um único produto. A relatora afirmou que a busca pela reparação do dano compete ao próprio consumidor na esfera judicial. Colocado em votação, o Colegiado, por unanimidade, conheceu e não proveu o recurso, nos termos do voto do(a) relator(a). XIII – Julgamento do SIM 01718.000.170/2022 – Relatora: Drª. LUCILA VAREJÃO DIAS MARTINS: garantido o sigilo legal, em sessão fechada, o(a) relator(a) apresentou seu voto pela homologação do ANPC celebrado, bem como pelo arquivamento do procedimento em epígrafe, tendo o colegiado, à unanimidade, votado nos mesmos termos do voto do(a) relator(a). O Presidente em exercício, então, encerrou a sessão, agradecendo a participação de todos. (Extrato elaborado com auxílio da inteligência artificial Gemini Advanced).

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA EM ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

PORTARIA SUBADM Nº 606/2025.
Recife, 2 de junho de 2025
PORTARIA – POR – SUBADM - 606 /2025 D.O.E

Recife, 02 de junho de 2025.

O SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA EM ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, no uso de suas atribuições, por delegação do Exmo. Sr. Procurador-Geral de Justiça contida na Portaria POR-PGJ nº 78/2025, de 13/001/2025 e publicada no Diário Oficial do Ministério Público de 29/01/2025;

Ata da 05ª Sessão Ordinária CSMP – 28.05.2025

ANEXO I**Processos da 16ª Sessão Virtual homologados pelo CSMP/2025**

Processos da Corregedoria	
Nº	Conselheiro (a): Dr. MARCO AURÉLIO FARIAS DA SILVA
1.	SEI Nº 19.20.2221.0028965/2024-36, correição, 1º Promotoria de Justiça Cível de Garanhuns, relatando e votando pela aprovação da correição referida e, em consequência, a devolução dos autos à Corregedoria-Geral.
Nº	Conselheiro (a): Dr. AGUINALDO FENELON DE BARROS
1.	SEI Nº 19.20.2221.0025495/2024-24, correição, Promotoria de Justiça de Itaquitinga, relatando e votando pela aprovação da correição referida e, em consequência, a devolução dos autos à Corregedoria-Geral.
2.	SEI Nº 19.20.2221.0000250/2025-17, correição, 41º Promotoria de Justiça de Defesa da Cidadania da Capital, relatando e votando pela aprovação da correição referida e, em consequência, a devolução dos autos à Corregedoria-Geral.
Processos Diversos	
Nº	Conselheiro (a): Dr. CHARLES HAMILTON DOS SANTOS LIMA
1.	PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE CORTÊS Procedimento nº 01654.000.103/2021 — Inquérito Civil Interessado(s): Município de Cortês Objeto: Apurar supostas irregularidades no transporte escolar do Município de Cortês
2.	1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DA CIDADANIA DE PETROLINA Procedimento nº 01867.001.113/2024 — Procedimento Preparatório Interessado(s): D. F. S. L., Instituto Social das Medianeiras da Paz/ISMEP - Dom Malan Objeto: Apurar possível situação de vulnerabilidade vivenciada por criança
3.	17ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DA CIDADANIA DA CAPITAL Procedimento nº 02053.002.356/2022 — Inquérito Civil Interessado(s): Faculdade Estácio de Sá, Bruno Rodrigues Notaro Filho Objeto: Apurar possível prática ilícita/abusiva pela Faculdade Estácio de Sá
4.	1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DA CIDADANIA DE CARUARU Procedimento nº 01866.000.157/2022 — Inquérito Civil Interessado(s): Secretaria Municipal de Educação (SEDUC), Conselho Municipal de Alimentação Escolar (COMAE) Objeto: Apurar possíveis irregularidades no fornecimento da merenda escolar nas unidades de ensino da rede municipal de Caruaru/PE
5.	13ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DA CIDADANIA DA CAPITAL Procedimento nº 02019.000.808/2024 — Procedimento Preparatório Interessado(s): Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Recife (SMAS) Objeto: Apurar possível dano ambiental em área de Mata Atlântica localizada na Rua Ademir Lafayette, bairro Nova Morada, Caxangá, Recife/PE
6.	PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE CATENDE Procedimento nº 02225.000.423/2021 — Inquérito Civil Interessado(s): Conselho Tutelar de Catende Objeto: Apurar suposta irregularidade praticada pelo Cartório do Registro Civil de Catende

7.	2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DA CIDADANIA DE PAULISTA Procedimento nº 02308.000.163/2023 — Inquérito Civil Interessado(s): Aline Adriana Batista de Barros, Município de Paulista Objeto: Apurar suposta acumulação ilegal de cargos públicos
----	--

Nº	Conselheiro (a): Dr. MARCO AURÉLIO FARIAS DA SILVA
1.	PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ITAPISSUMA Procedimento nº 01671.000.040/2022 — Inquérito Civil Interessado(s): Município de Itapissuma Objeto: supostas irregularidades no pagamento de diárias efetuado pela gestão do Município de Itapissuma, durante o exercício de 2017
2.	2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DA CIDADANIA DE PETROLINA Procedimento nº 01872.000.190/2024 — Procedimento Preparatório Interessado(s): Município de Petrolina Objeto: Apurar supostas irregularidades no abatedouro "Equipe Abate"
3.	15ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DA CIDADANIA DA CAPITAL Procedimento nº 01998.001.532/2024 — Procedimento Preparatório Interessado(s): Lucicleide Roberta dos Santos Leite, Município do Recife Objeto: Apurar, sob a ótica da improbidade administrativa e da legalidade dos atos da Administração Pública, suposta cessão indevida de servidora da Prefeitura do Recife à Prefeitura do Ipojuca
4.	PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE BOM JARDIM Procedimento nº 01781.000.122/2021 — Inquérito Civil Interessado(s): Centro de Apoio Operacional do Ministério Público de Pernambuco (CAO - PPTS), Município de Bom Jardim Objeto: Apurar supostas irregularidades no Portal da Transparência do Município de Bom Jardim
5.	17ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DA CIDADANIA DA CAPITAL Procedimento nº 02053.001.279/2020 — Inquérito Civil Interessado(s): Sistema de Saúde dos Militares do Estado de Pernambuco (SISMEPE), Micheline Patrícia Magalhães da Silva Cavalcanti Objeto: Apurar possível prática abusiva do SISMEPE em negar, sem justificativa, a realização de exames aos seus usuários
6.	4ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DA CIDADANIA DE PAULISTA Procedimento nº 01975.000.356/2024 — Procedimento Preparatório Interessado(s): Secretaria de Saúde do Paulista/PE, Secretaria de Desenvolvimento Urbano, Tecnologia e Meio Ambiente do Paulista/PE (SEDURTMA) Objeto: Apurar suposta criação irregular de porcos e cavalos, reciclagem irregular e tráfico de drogas em um terreno localizado no final da Rua Índia, Loteamento Conceição, bairro de Nossa Senhora da Conceição, Paulista/PE
7.	2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DA CIDADANIA DE PETROLINA Procedimento nº 01872.000.140/2023 — Inquérito Civil Interessado(s): SESAU - Secretaria Municipal de Saúde de Petrolina, Solange Ribeiro dos Santos Souza Objeto: apurar discrepância entre o número de profissionais Técnicos em Enfermagem contratados e estatutários em exercício no Município de Petrolina
8.	2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DA CIDADANIA DE PETROLINA Procedimento nº 01887.000.078/2021 — Inquérito Civil Interessado(s): Delegacia da Receita Federal do Brasil em Recife, IGEPREV – Instituto de Gestão Previdenciária do Município de Petrolina Objeto: apurar possíveis atos de improbidade administrativa imputados ao Sr. Willames Barbosa Costa, Diretor-Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Município de Petrolina (IGEPREV), e ao Sr. Miguel de Souza Leão Coelho, Prefeito de Petrolina/PE, concernente na omissão da prestação de informações mensais nas Declarações de Débitos e Créditos Tributários Federais (DCTF) quanto ao recolhimento das contribuições sociais mensais previstas no art. 2º inciso II da Lei Complementar nº 08/1970, destinadas ao Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público – PASEP

Nº	Conselheiro (a): Dr^a. GIANI MARIA DO MONTE SANTOS RODOLFO DE MELO
1.	3ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE IGARASSU Procedimento nº 02050.000.297/2022 — Inquérito Civil Interessados: Maria Cristina Souza Cabral Paiva Objeto: apurar Supostas irregularidades no Processo Seletivo Simplificado. irregularidade no Processo Seletivo Simplificado Igarassu 01/2022 do HCP Gestão Organização Social de Saúde.
2.	PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE MACAPARANA Procedimento nº 01585.000.024/2021 — Inquérito Civil Interessados: Município de Macaparana/PE Objeto: apurar possíveis irregularidades constatadas no Processo TC nº 18100117-2, referente à Prestação de Contas do Município de Macaparana/PE, exercício financeiro de 2017.
3.	Procedimento nº 01882.000.377/2023 — Procedimento Preparatório Origem: 5º PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DA CIDADANIA DE CARUARU Interessados: S.M.N.N. Objeto: possível situação de risco de adolescente
4.	17ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DA CIDADANIA DA CAPITAL Procedimento nº 02061.002.877/2021 — Inquérito Civil Interessados: Hapvida e noticiante anônimo Objeto: supostas irregularidades nas instalações e no atendimento do Hospital Vasco Lucena
5.	PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE BOM JARDIM Procedimento nº 01781.000.088/2024 — Inquérito Civil Interessados: Joab Dias dos Santos Objeto: possível pagamento de salário sem contraprestação laboral
6.	6ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DA CIDADANIA DE JABOATÃO DOS GUARARAPES Procedimento nº 02140.001.380/2021 — Inquérito Civil Interessados: Escola Djacy Glacério e noticiante anônimo Objeto: possíveis irregularidades na Escola Djacy Glacério
7.	13ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DA CIDADANIA DA CAPITAL Procedimento nº 02019.000.837/2023 — Inquérito Civil Interessados: Felipe de Andrade Simões e Karla Sabrina Vicente Pereira Simões Objeto: possível poluição sonora e atmosférica
8.	13ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DA CIDADANIA DA CAPITAL Procedimento nº 02019.000.270/2024 — Inquérito Civil Interessados: Arthur de Araújo Neves Neto e Pizzaria Capitão Gancho Objeto: possível poluição atmosférica

Nº	Conselheiro (a): Dr^a. LILIANE DA FONSECA LIMA ROCHA
1.	3ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA CÍVEL DE IPOJUCA Procedimento nº 02302.000.436/2024 — Procedimento Preparatório Interessados: Secretaria Meio Ambiente e Urbanismo de Ipojuca Objeto: apurar derramamento de água de fossa na Rua do Umbuzeiro.
2.	2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE SERRA TALHADA Procedimento nº 02165.000.340/2024 — Procedimento Preparatório Interessados: Instituto de Previdência Própria dos Servidores Públicos - IPPS Serra Talhada/PE, Sindicato Municipal dos Trabalhadores em Educação de Serra Talhada - SINTEST, Prefeitura Municipal de Serra Talhada Objeto: apurar suposta negativa injustificada de acesso a documentos por parte do Instituto de Previdência Própria dos Servidores do município de Serra Talhada.

ANEXO II

Processos da 17ª Sessão Virtual homologados pelo CSMP/2025

Processos da Corregedoria	
Nº	Conselheiro(a): Dr. MARCO AURÉLIO FARIAS DA SILVA
1.	SEI Nº 19.20.0339.0000530/2025-26, 1º relatório trimestral, relatando e votando pela sua aprovação.
2.	SEI Nº 19.20.0589.0000382/2025-78, 3º relatório trimestral, relatando e votando pela sua aprovação.

Nº	Conselheiro (a): Dr^a. LUCILA VAREJÃO DIAS MARTINS
1.	SEI Nº 19.20.0323.0000273/2025-27, 1º relatório trimestral, relatando e votando pela sua aprovação.

Nº	Conselheiro (a): Dr^a. GIANI MARIA DO MONTE SANTOS RODOLFO DE MELO
1.	SEI Nº 19.20.2221.0000724/2025-23, correição, Promotoria de Justiça de Itapissuma, relatando e votando pela aprovação da correição referida e, em consequência, a devolução dos autos à Corregedoria-Geral.

Nº	Conselheiro (a): Dr. AGUINALDO FENELON DE BARROS
1.	SEI Nº 19.20.0592.0000372/2025-12, 1º relatório trimestral, relatando e votando pela sua aprovação.

Processos Diversos	
Nº	Conselheiro (a): Dr. CHARLES HAMILTON DOS SANTOS LIMA
1.	2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TIMBAÚBA Procedimento no 02023.000.038/2022 — Inquérito Civil Interessado(s): Ministério Público de Contas do Estado de Pernambuco - MPCO, Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco (TCE-PE) Objeto: Apurar supostas irregularidades na prestação de contas da Câmara Municipal de Timbaúba, referentes ao exercício financeiro de 2014
2.	PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TACAIMBÓ Procedimento no 01716.000.064/2022 — Inquérito Civil

	Interessado(s): Prefeitura Municipal de Tacaimbó Objeto: Apurar suposto corte de árvores (dois coqueiros, duas algarobas e três amendoeiras brasileiras) por detrás da Igreja da Matriz, com a finalidade de construção de uma praça
3.	4ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ARCOVERDE Procedimento no 02291.000.200/2021 — Inquérito Civil Interessado(s): Município de Arcoverde Objeto: Apurar supostas irregularidades na locação de veículos pela Prefeitura Municipal de Arcoverde
4.	8ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DA CIDADANIA DA CAPITAL Procedimento no 02007.000.034/2024 — Inquérito Civil Interessado(s): Secretaria de Defesa Social (SDS) - Pernambuco, Secretaria de Administração do Estado de Pernambuco Objeto: Apurar supostas ilegalidades no edital de concurso público para o provimento de cargos da Polícia Civil do Estado de Pernambuco
5.	6ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DA CIDADANIA DE JABOATÃO DOS GUARARAPES Procedimento no 02014.001.240/2023 — Inquérito Civil Interessado(s): Julieta Soares de Alencar Neta, Maria Vênus Feitosa Coutinho Objeto: Apurar suposta situação de vulnerabilidade vivenciada por pessoa idosa
6.	PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE BOM JARDIM Procedimento no 01781.000.333/2021 — Inquérito Civil Interessado(s): Luiz Alberto do Nascimento Objeto: Apurar possível obstrução de uma estrada de acesso público por um proprietário de terras
7.	PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE QUIPAPÁ Procedimento no 01699.000.043/2022 — Procedimento Preparatório Interessado(s): Academia High Fit, Top Physical Objeto: Apurar indícios de irregularidades nas academias High Fit e Top Physical - na cidade de Quipapá
8.	PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE AMARAJI Procedimento no 01635.000.061/2021 — Inquérito Civil Interessado(s): Prefeitura Municipal de Amaraji Objeto: Apurar suposta irregularidade na compra de Kits Alimentação pela Prefeitura Municipal de Amaraji, através da Empresa MIDA Empreendimentos
9.	PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE SERRITA Procedimento no 01708.000.209/2023 — Inquérito Civil Interessado(s): Secretaria de Educação de Cedro - PE Objeto: Apurar possível prática de irregularidade funcional por parte da servidora pública do município de Cedro/PE

Nº	Conselheiro (a): Dr. MARCO AURÉLIO FARIAS DA SILVA
1.	1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DA CIDADANIA DE PETROLINA Procedimento no 01867.000.702/2023 — Inquérito Civil Interessado(s): Conselho Tutelar R1, N. S. C. Objeto: Apurar suposta situação de vulnerabilidade vivenciada por adolescente
2.	1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA CÍVEL DE GOIANA Procedimento no 02070.000.056/2020 — Inquérito Civil Interessado(s): Calserv Caldeiraria & Servicos EIRELI, Júlio José da Silva Filho, Fernando Antônio de Araújo Pereira Objeto: Apurar supostas irregularidades em contratos firmados pela a empresa CALSERV CALDEIRARIA E SERVIÇOS EIRELI com o Município de Goiana
3.	43ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DA CIDADANIA DA CAPITAL Procedimento no 01998.000.618/2023 — Inquérito Civil

	Interessado(s): Secretaria de Defesa Social de Pernambuco Objeto: Apurar possível insuficiência e não disponibilização de frota veicular destinada ao recolhimento de cadáveres
4.	PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ITAÍBA Procedimento no 01673.000.059/2024 — Inquérito Civil Interessado(s): Município de Itaíba/PE, Jandilson Gomes da Silva Objeto: Apurar suposto aumento drástico na despesa com combustível no Município de Itaíba/PE em 2020
5.	20ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DA CIDADANIA DA CAPITAL Procedimento no 02009.000.900/2024 — Procedimento Preparatório Interessado(s): Companhia Pernambucana de Saneamento – COMPESA Objeto: Apurar possível extravasamento de esgoto na Rua Carneiro Vilela, nas proximidades dos imóveis de n.ºs 626 e 641, no bairro dos Aflitos, em Recife/PE
6.	16ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DA CIDADANIA DA CAPITAL Procedimento nº 02053.001.969/2023 — Inquérito Civil Interessado(s): Posto Espírito Santo Ltda., Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP Objeto: apurar supostas irregularidades nos bicos medidores de combustível do Posto Espírito Santo LTDA., localizado na cidade do Recife/PE
7.	6ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DA CIDADANIA DE JABOATÃO DOS GUARARAPES Procedimento nº 02144.000.190/2024 — Procedimento Preparatório Interessado(s): Lar Geriátrico Piedade Objeto: apurar supostos maus-tratos contra idosos em ILPI situada em Piedade
8.	4ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ARCOVERDE Procedimento nº 02291.000.201/2023 — Procedimento Preparatório Interessado(s): Município de Arcoverde, José Wellington Cordeiro Maciel, Paulo Edson Ramos de Carvalho Objeto: apurar suposto abuso de poder econômico praticado pelo ex-prefeito Wellington Maciel e violação aos princípios da impessoalidade na divulgação de obras do Município

Nº	Conselheiro (a): Drª. LUCILA VAREJÃO DIAS MARTINS
1.	4ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DA CIDADANIA DE PAULISTA Procedimento nº 01975.000.409/2024 — Procedimento Preparatório Interessados: Secretaria de meio ambiente do município do Paulista Objeto: apurar supressão de árvore supostamente sem a devida autorização da autoridade ambiental municipal.
2.	6ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DA CIDADANIA DE JABOATÃO DOS GUARARAPES Procedimento nº 02144.000.591/2022 — Inquérito Civil Interessados: CREAS Prazeres; Valdir José da Silva Objeto: apurar situação de abandono e vulnerabilidade social vivida por pessoa idosa
3.	30ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DA CIDADANIA DA CAPITAL Procedimento nº 02014.000.542/2023 — Inquérito Civil Interessados: Pousada Geriátrica Mãe Bel (entidade não formalmente registrada) Objeto: apurar suposto funcionamento de uma Instituição de Longa Permanência para Idosos (ILPI), de caráter clandestino, existente no Município do Recife/PE.
4.	PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE VERDEJANTE Procedimento nº 01727.000.035/2024 — Procedimento Preparatório Interessados: Município de Verdejante Objeto: apurar suposta ausência de médicos nos postos de saúde que provocaria a desassistência da população local.

5.	43ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DA CIDADANIA DA CAPITAL Procedimento nº 01998.000.304/2023 — Inquérito Civil Interessados: Felipe José Licarião; Paulo Henrique Pereira; Prefeitura de Jaboatão dos Guararapes; Prefeitura do Recife; Conselho Regional de Odontologia de Pernambuco Objeto: apurar possível prática de ato de improbidade administrativa ante notícia de supostas acumulações indevidas de cargos públicos.
6.	29ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DA CIDADANIA DA CAPITAL Procedimento nº 01891.001.371/2024 — Inquérito Civil Interessados: Faculdade Estácio de Sá Objeto: apurar supostas irregularidades na oferta de educação inclusiva
7.	2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DA CIDADANIA DE JABOATÃO DOS GUARARAPES Procedimento nº 02140.000.570/2024 — Procedimento Preparatório Interessados: Secretaria Municipal de Saúde de Jaboatão dos Guararapes; Objeto: apurar prestação de serviço de saúde mental a usuário SUS
8.	3ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DA CIDADANIA DE CARUARU Procedimento nº 01848.000.059/2022 — Inquérito Civil Interessados: Luiz José Alves; José Salvador da Silva Objeto: apurar suposto desmatamento reiterado em área de preservação ambiental.
9.	PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE QUIPAPÁ Procedimento nº 01699.000.141/2022 — Procedimento Preparatório Interessados: Prefeitura de Quipapá Objeto: apurar possível omissão do ente municipal quanto ao cumprimento de acórdão do TCE/PE que imputou débito ao ex-prefeito Cristiano Martins Medeiros.
10.	1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DA CIDADANIA DE PETROLINA Procedimento nº 01867.000.780/2024 — Procedimento Preparatório Interessados: a sociedade Objeto: apurar possível negligência familiar, exploração infantil e vulnerabilidade social de adolescente, bem como circunstâncias de gravidez precoce, possivelmente decorrente de relação sexual com outro adolescente.

Nº	Conselheiro (a): Drª. GIANI MARIA DO MONTE SANTOS RODOLFO DE MELO
1.	14ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DA CIDADANIA DA CAPITAL Procedimento nº 01998.000.656/2023 — Inquérito Civil Interessados: Fundarpe e noticiante anônimo Objeto: supostas irregularidades no pagamento de cachês das contratações dos shows com dispensa de licitação para o Carnaval do Recife 2023
2.	2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TIMBAÚBA Procedimento nº 02023.000.074/2023 — Procedimento Preparatório Interessados: empresa Pernambuco Locadora e noticiante anônimo Objeto: possíveis fraudes em procedimentos licitatórios
3.	17ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DA CIDADANIA DA CAPITAL Procedimento nº 02053.002.214/2024 — Procedimento Preparatório Interessados: Sistema de Assistência à Saúde dos Servidores do Estado de Pernambuco - SASSEPE Objeto: apurar negativa de exames oftalmológicos necessários à realização de cirurgia de catarata.
4.	2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DA CIDADANIA DE CARUARU Procedimento nº 01871.000.078/2021 — Inquérito Civil Interessados: João Henrique da Silva Objeto: apurar possível contratação irregular de empresa, sem formalização contratual ou procedimento licitatório.
5.	3ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DA CIDADANIA DE OLINDA

	Procedimento nº 01923.000.036/2023 — Inquérito Civil Interessados: Tito André Collignon Bernardes, moradores da rua treze de maio no SHO de Olinda e Prefeitura de Olinda Objeto: apurar ocupação ilegal das calçadas da Rua Treze de Maio, no Sítio Histórico de Olinda, pelo comércio ambulante durante o Carnaval de Olinda.
6.	13ª PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE DEFESA DA CIDADANIA DA CAPITAL Procedimento nº 02019.000.878/2024 — Procedimento Preparatório Interessados: Objeto: apurar poluição hídrica supostamente ocasionada pelo lançamento de esgoto nas imediações da Rua São Judas Tadeu, bairro da Imbiribeira, em Recife/PE.
7.	1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DA CIDADANIA DE PETROLINA Procedimento nº 01883.000.059/2024 — Procedimento Preparatório Objeto: apurar possível situação de vulnerabilidade vivenciada por adolescente.
8.	3ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DA CIDADANIA DE OLINDA Procedimento nº 01923.000.120/2022 — Inquérito Civil Interessados: Auto Escola Eloin Objeto: apurar uso indevido de espaço público
9.	20ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DA CIDADANIA DA CAPITAL Procedimento nº 02009.000.516/2022 — Inquérito Civil Objeto: apurar a existência de construção irregular.
10.	PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE AMARAJI Procedimento nº 01536.000.017/2021 — Inquérito Civil Interessados: Prefeitura Municipal de Amaraji, Secretaria Municipal de Educação de Amaraji Objeto: apurar transferência de professores para outras escolas sem o devido processo administrativo.

Nº	Conselheiro (a): Dr. AGUINALDO FENELON DE BARROS
1.	PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE BOM CONSELHO Procedimento nº 01780.000.256/2024 — Procedimento Preparatório Interessados: Maria Adeilda Izídio da Silva e Prefeitura Municipal de Terezinha Objeto: apurar indícios de improbidade administrativa e de crime de estelionato.
2.	2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE SERRA TALHADA Procedimento nº 02165.000.089/2021 — Inquérito Civil Interessados: Instituto de Previdência Própria dos Servidores Públicos Municipais de Serra Talhada Objeto: apurar irregularidades nos repasses ao Instituto Próprio de Previdência dos Servidores Públicos de Serra Talhada, nos exercícios 2012 e 2013.
3.	1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DA CIDADANIA DE PETROLINA Procedimento nº 01867.001.115/2024 — Procedimento Preparatório Interessados: Serviço Social do Hospital Dom Malan Objeto: apurar evasão hospitalar de criança.
4.	2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE CARPINA Procedimento nº 02207.000.299/2024 — Inquérito Civil Interessados: Allcolor Alumínio mínimo Serviço de Usinagem LTDA Objeto: apurar possível dano ambiental.
5.	2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE SALGUEIRO Procedimento nº 01939.000.014/2022 — Inquérito Civil Interessados: Hospital Regional Inácio de Sá Objeto: apurar suposto não cumprimento de carga horária no Hospital Regional Inácio de Sá.
6.	44ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DA CIDADANIA DA CAPITAL Procedimento nº 01998.001.939/2023 — Inquérito Civil

	Interessados: Município de Recife Objeto: apurar possível dano ao erário decorrente da ausência de procedimento administrativo ou ajuizamento de ação de ressarcimento pelo Município de Recife em face das pessoas responsabilizadas no processo do Tribunal de Contas TC 0901917-0.
7.	2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE SALGUEIRO Procedimento nº 01939.000.385/2022 — Inquérito Civil Interessados: Prefeitura de Salgueiro Objeto: apurar possíveis irregularidades nos pagamentos de verbas rescisórias aos ex-servidores.
8.	PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE AMARAJI Procedimento nº 01536.000.066/2022 — Inquérito Civil Interessados: Secretaria de Infraestrutura do Município de Amaraji Objeto: apurar suposta omissão em informar ao INSS o encerramento de vínculos de servidores públicos municipais, com potencial prejuízo ao erário e ato de improbidade administrativa.
9.	4ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DA CIDADANIA DE JABOATÃO DOS GUARARAPES Procedimento nº 02142.000.570/2024 — Procedimento Preparatório Interessados: Município de Jaboatão dos Guararapes Objeto: apurar supostas irregularidades vinculadas a servidor, especificamente o recebimento de gratificação sem o efetivo exercício da função correspondente.
10.	17ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DA CIDADANIA DA CAPITAL Procedimento nº 02053.000.181/2023 — Inquérito Civil Interessados: Vigilância Sanitária do Recife, M Borges da Silva Segundo (Rei das Massas Dois Irmãos) Objeto: apurar irregularidades sanitárias em estabelecimento comercial.
11.	17ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DA CIDADANIA DA CAPITAL Procedimento nº 02053.002.178/2024 — Procedimento Preparatório Interessados: Alice Rodrigues Claudino, Universidade Paulista - UNIP, Francineide Fabíola Pereira Alves Objeto: apurar suposta prática abusiva consistente no retardo injustificado na emissão de diplomas de conclusão de curso.
12.	2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA CÍVEL DE CAMARAGIBE Procedimento nº 02220.000.181/2023 — Inquérito Civil Interessado(s): Município de Camaragibe Objeto: apurar notícia de supostas irregularidades na realização da Licitação para a contratação da empresa Multiset, no município de Camaragibe
13.	3ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA CÍVEL DE IPOJUCA Procedimento nº 02296.000.036/2021 — Inquérito Civil Interessado(s): Movimento Salve Maracáípe, Secretaria de Meio Ambiente e Controle Urbano de Ipojuca - SEMAC, Construtora Moura Dubeaux Objeto: investigar a edificação de condomínio de flats, pela construtora Moura Dubeux, em terreno localizado às margens da Rodovia PE09, Lote 03, Fazenda Merepe, Porto de Galinhas, no município de Ipojuca
14.	3ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DA CIDADANIA DE PETROLINA Procedimento nº 01877.000.065/2022 — Inquérito Civil Interessado(s): Edivania Nunes Vaz, Ana Paula Dias do Nascimento, Victo Emanuel Araújo de Oliveira, Secretaria de Infraestrutura e Recursos Hídricos — SEINFRA, ENGEVASF Construção, Consultoria e Inovação Objeto: apurar irregularidades na drenagem urbana e no saneamento das Ruas do Condor e do Pica-Pau, ambas localizadas no Bairro Padre Cícero, na cidade de Petrolina
15.	2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ARARIPINA

	Procedimento nº 02041.000.018/2022 — Inquérito Civil Interessado(s): Padaria Pão Caseiro Objeto: apurar notícia de que crianças e adolescentes em situação de rua na cidade de Araripina
16.	3ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE IGARASSU Procedimento nº 02050.001.043/2022 — Inquérito Civil Interessado(s): Município de Igarassu, Claudiane Alves de Oliveira Objeto: investigar possíveis irregularidades verificadas pelo Tribunal de Contas de Pernambuco no Processo TC nº 16100398-9 - exercício financeiro de 2015, em Igarassu
17.	16ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DA CIDADANIA DA CAPITAL Procedimento nº 02053.001.059/2023 — Inquérito Civil Interessado(s): Luciana Maria Veloso Sales (solicita sigilo) (Noticiante), Classic Hall, Lazzuli Promoções e Eventos Ltda., Eventim Brasil São Paulo Sistemas e Serviços de Ingressos Ltda., B&C Produções Artísticas Ltda. Objeto: investigar indícios de super lotação em show de Titãs realizado ao segundo dia de junho de 2023, com despreparo da empresa organizadora colocando os consumidores em risco
18.	17ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DA CIDADANIA DA CAPITAL Procedimento nº 02053.001.764/2022 — Inquérito Civil Interessado(s): American Airlines Inc, Albertino dos Anjos de Souza Objeto: apurar possível prática ilícita praticada pela American Airlines Inc., consistente em não prestar assistência a passageiros com voo adiado, bem como por colocar em risco a integridade dos consumidores, diante de decolagem de aeronave que necessitava de manutenção
19.	2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA CÍVEL DE CAMARAGIBE Procedimento nº 02220.000.078/2023 — Inquérito Civil Interessado(s): Prefeitura de Camaragibe Objeto: apurar notícia de inúmeras irregularidades da empresa vencedora de licitação em Camaragibe Construtec Projeto e Obras de Engenharia Civil LTDA., por não fazer o pagamento dos seus fornecedores e não executar as obras

ANEXO III

Processos da 18ª Sessão Virtual homologados pelo CSMP/2025

Processos da Corregedoria	
Nº	Conselheiro(a): Dr. MARCO AURÉLIO FARIAS DA SILVA
1.	SEI Nº 19.20.2221.0004458/2025-85, correição, 3º Promotoria de Justiça Criminal de Petrolina, relatando e votando pela aprovação da correição referida e, em consequência, a devolução dos autos à Corregedoria-Geral.
2.	SEI Nº 19.20.2221.0004454/2025-96, correição, 5º Promotoria de Justiça de Defesa da Cidadania de Petrolina, relatando e votando pela aprovação da correição referida e, em consequência, a devolução dos autos à Corregedoria-Geral.
3.	SEI Nº 19.20.2221.0004456/2025-42, correição, 2º Promotoria de Justiça Cível de Petrolina, relatando e votando pela aprovação da correição referida e, em consequência, a devolução dos autos à Corregedoria-Geral.
4.	SEI Nº 19.20.2221.0004462/2025-74, correição, 7º Promotoria de Justiça Criminal de Petrolina, relatando e votando pela aprovação da correição referida e, em consequência, a devolução dos autos à Corregedoria-Geral.

Nº	Conselheiro (a): Drª. LUCILA VAREJÃO DIAS MARTINS
1.	SEI Nº 19.20.2221.0004460/2025-31, correição, 5º Promotoria de Justiça Criminal de Petrolina, relatando e votando pela aprovação da correição referida e, em consequência, a devolução dos autos à Corregedoria-Geral.
2.	SEI Nº 19.20.2221.0004464/2025-20, correição, 8º Promotoria de Justiça Criminal de Petrolina, relatando e votando pela aprovação da correição referida e, em consequência, a devolução dos autos à Corregedoria-Geral.
3.	SEI Nº 19.20.2221.0004450/2025-10, correição, 2º Promotoria de Justiça de Defesa da Cidadania de Petrolina, relatando e votando pela aprovação da correição referida e, em consequência, a devolução dos autos à Corregedoria-Geral.
4.	SEI Nº 19.20.2221.0004453/2025-26, correição, 3º Promotoria de Justiça Cível de Petrolina, relatando e votando pela aprovação da correição referida e, em consequência, a devolução dos autos à Corregedoria-Geral.

Nº	Conselheiro (a): Drª. GIANI MARIA DO MONTE SANTOS RODOLFO DE MELO
1.	SEI Nº 19.20.2221.0004461/2025-04, correição, 9º Promotoria de Justiça criminal de Petrolina, relatando e votando pela aprovação da correição referida e, em consequência, a devolução dos autos à Corregedoria-Geral.
2.	SEI Nº 19.20.2221.0004459/2025-58, correição, 2º Promotoria de Justiça Criminal de Petrolina, relatando e votando pela aprovação da correição referida e, em consequência, a devolução dos autos à Corregedoria-Geral.

Nº	Conselheiro (a): Dr. AGUINALDO FENELON DE BARROS
1.	SEI Nº 19.20.2221.0004449/2025-37, correição, 1º Promotoria de Justiça de Defesa da Cidadania de Petrolina, relatando e votando pela aprovação da correição referida e, em consequência, a devolução dos autos à Corregedoria-Geral.
2.	SEI Nº 19.20.2221.0004457/2025-15, correição, 1º Promotoria de Justiça Criminal de Petrolina, relatando e votando pela aprovação da correição referida e, em consequência, a devolução dos autos à Corregedoria-Geral.
3.	SEI Nº 19.20.2221.0004452/2025-53, correição, 4º Promotoria de Justiça de Defesa da Cidadania de Petrolina, relatando e votando pela aprovação da correição referida e, em consequência, a devolução dos autos à Corregedoria-Geral.
4.	SEI Nº 19.20.2221.0006726/2025-56, inspeção, 1ª Promotoria de Justiça de Rio Formoso, relatando e votando pela aprovação da inspeção referida e, em consequência, com a devolução dos autos à Corregedoria-Geral.

Nº	Conselheiro(a): Dr. EDSON JOSÉ GUERRA
1.	SEI Nº 19.20.2221.0026372/2024-13, correição, Central de Inquéritos de Garanhuns, relatando e votando pela aprovação da correição referida e, em consequência, a devolução dos autos à Corregedoria-Geral.
2.	SEI Nº 19.20.2221.0029289/2024-18, correição, 2º Promotoria de Justiça de Defesa da Cidadania de Garanhuns, relatando e votando pela aprovação da correição referida e, em consequência, a devolução dos autos à Corregedoria-Geral.

Processos Diversos	
Nº	Conselheiro (a): Dr. CHARLES HAMILTON DOS SANTOS LIMA
1.	4ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DA CIDADANIA DE PETROLINA Procedimento no 01851.000.011/2021 — Inquérito Civil Interessado(s): Centro de Recuperação Evangélicos Livres para Servir (CRELPS)

	Objeto: Apurar supostas irregularidades no Centro de Recuperação Evangélicos Livres para Servir (CRELPS)
2.	2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE SALGUEIRO Procedimento no 01939.000.013/2021 — Inquérito Civil Interessado(s): Prefeitura de Salgueiro Objeto: Apurar supostas irregularidades no procedimento de desapropriação de dois terrenos
3.	20ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DA CIDADANIA DA CAPITAL Procedimento no 02009.001.293/2024 — Procedimento Preparatório Interessado(s): Autarquia de Trânsito e Transporte Urbano do Recife – CTTU Objeto: Apurar possíveis transtornos ocasionados pelo estacionamento irregular de caminhões e carretas na Rua São Miguel, bairro de Afogados, Recife/PE
4.	4ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DA CIDADANIA DE PETROLINA Procedimento no 01879.000.360/2024 — Inquérito Civil Interessado(s): Reserva Music & Bar LTDA Objeto: Apurar supostas irregularidades no funcionamento do empreendimento "Reserva Pub"
5.	1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DA CIDADANIA DE PETROLINA Procedimento no 01867.000.717/2024 — Procedimento Preparatório Interessado(s): I. C. R. dos S. Objeto: Apurar possível situação de risco vivenciada por adolescente
6.	36ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DA CIDADANIA DA CAPITAL Procedimento no 02011.000.111/2024 — Inquérito Civil Interessado(s): Grande Recife Consórcio de Transporte (GRCT) e URBANA/PE Objeto: Apurar supostas irregularidades na comercialização indevida de créditos de cartões VEM Bilhetagem Eletrônica do Sistema de Transporte Público da Região Metropolitana do Recife
7.	17ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DA CIDADANIA DA CAPITAL Procedimento no 02053.000.198/2024 — Inquérito Civil Interessado(s): Nutriz Indústria e Comércio de Alimentos Ltda Objeto: Apurar eventuais irregularidades na comercialização de produtos hortifrutigranjeiros pela Nutriz Indústria e Comércio de Alimentos Ltda
8.	6ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DA CIDADANIA DE JABOATÃO DOS GUARARAPES Procedimento no 02144.000.224/2020 — Inquérito Civil Interessado(s): Educandário Soberano Objeto: Apurar supostas irregularidades na prestação de serviços educacionais a alunos com necessidades educacionais especiais pelo Educandário Soberano

Nº	Conselheiro (a): Dr. MARCO AURÉLIO FARIAS DA SILVA
1.	2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE SERRA TALHADA Procedimento no 02165.000.496/2023 — Procedimento Preparatório Interessado(s): Agência Municipal de Meio Ambiente – AMMA – Serra Talhada – PE Objeto: Apurar suposta poluição sonora no Bar Clube dos Amigos, localizado na COHAB, próximo à Vila Militar, em Serra Talhada/PE
2.	3ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DA CIDADANIA DE OLINDA Procedimento no 01923.000.207/2024 — Procedimento Preparatório Interessado(s): Lucas Peres dos Santos, Prefeitura de Olinda Objeto: Apurar suposto descaso da Prefeitura de Olinda em relação à Praça Coronel Cornélio Padilha
3.	17ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DA CIDADANIA DA CAPITAL Procedimento no 02053.000.163/2020 — Inquérito Civil Interessado(s): Matheus Soares Tavares Borges, Sara Altina Melo Paiva Objeto: Apurar suposta ausência de entrega de curso digital ofertado em sítio

	eletrônico.
4.	20ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DA CIDADANIA DA CAPITAL Procedimento nº 02009.000.136/2020 — Inquérito Civil Interessado(s): Thalysson Lucas, Prefeitura do Recife Objeto: Apurar possíveis construções irregulares na Rua Regência, no bairro de São José, Recife/PE
5.	PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TORITAMA Procedimento nº 01721.000.009/2023 — Inquérito Civil Interessado(s): Luciano André de Lima Coelho Objeto: apurar notícia de que uma obra realizada pela Prefeitura Municipal de Toritama/PE estava ocasionando prejuízos à via pública, com a formação de buraco, escoamento inadequado de esgoto e consequente proliferação de pragas
6.	30ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DA CIDADANIA DA CAPITAL Procedimento nº 02014.000.508/2023 — Inquérito Civil Interessado(s): Solange Alves Siqueira Silva, Gonçalo Alves, M.L.S, Cremilda Alves, Maria da Conceição Alves, Maria de Fátima Objeto: apurar notícia de dificuldades na gestão dos cuidados com a idosa, M.L.S, de 90 anos
7.	2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE SALGUEIRO Procedimento nº 01940.000.428/2023 — Inquérito Civil Interessado(s): Posto Espirito Santo Ltda., Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP Objeto: apurar possível poluição sonora advinda do estabelecimento comercial PETISCARIA da FIA

Nº	Conselheiro (a): Drª. LUCILA VAREJÃO DIAS MARTINS
1.	36ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DA CIDADANIA DA CAPITAL Procedimento nº 02011.000.230/2024 — Procedimento Preparatório Interessados: Consórcio Grande Recife de Transporte Metropolitano Objeto: Apurar possível deficiência no atendimento de linha de ônibus e pleito de criação de nova linha com trajeto até a Av. Conde da Boa Vista/Derby, bem como ampliação da frota da linha nº 163.
2.	6ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DA CIDADANIA DE JABOATÃO DOS GUARARAPES Procedimento nº 02144.000.318/2023 — Inquérito Civil Interessados: Escola Estrela de Davi Objeto: apurar agressões entre crianças da educação infantil
3.	PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE BOM JARDIM Procedimento nº 01781.000.321/2021 — Inquérito Civil Interessados: Prefeitura de Machados Objeto: Contratações temporárias para burlar a necessidade de concurso público
4.	6ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DA CIDADANIA DE JABOATÃO DOS GUARARAPES Procedimento nº 02144.000.456/2024 — Procedimento Preparatório Interessados: M. de F. N. S., idosa Objeto: Apuração de possível situação de abandono de idosa, supostamente por parte de seus filhos.
5.	30ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DA CIDADANIA DA CAPITAL Procedimento nº 02014.001.269/2023 — Inquérito Civil Interessados: Centro Integrado Margarida Alves; CREAS Miguel Otávio; Distrito Sanitário VI Objeto: Suposta violação aos direitos da pessoa idosa, M. I. N. de A.
6.	6ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DA CIDADANIA DE JABOATÃO DOS GUARARAPES

	Procedimento nº 02144.000.164/2024 — Procedimento Preparatório Interessados: CREAS Prazeres Objeto: Apurar possível situação de vulnerabilidade da idosa Z.R.D.
7.	29ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DA CIDADANIA DA CAPITAL Procedimento nº 01998.002.001/2024 — Procedimento Preparatório Interessados: Secretaria de Educação do Estado de Pernambuco Objeto: Analisar, sob a ótica da Improbidade Administrativa, a convocação de professores para lecionar Artes aprovados em matéria diversa, em desvio de função – Concurso da Secretaria de Educação.
8.	13ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DA CIDADANIA DA CAPITAL Procedimento nº 02019.000.373/2022 — Inquérito Civil Interessados: Lógica Ambiental LTDA.; Associação Alphaville Francisco Brennand; Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Recife — SMAS Objeto: Possível prática de poluição atmosférica por emissão de fortes odores.
9.	17ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DA CIDADANIA DA CAPITAL Procedimento nº 02053.000.294/2024 — Inquérito Civil Interessados: Nashe Combustíveis Ltda. Objeto: Apurar indícios de comercialização de Etanol Hidratado Combustível (EHC) fora das especificações da Agência Nacional de Petróleo (ANP).
10.	20ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DA CIDADANIA DA CAPITAL Procedimento nº 02009.001.103/2022 — Inquérito Civil Interessados: Autarquia de Trânsito e Transporte Urbano (CTTU) e Autarquia de Manutenção e Limpeza Urbana do Recife (EMLURB) Objeto: Possíveis transtornos causados por mudança de trânsito realizada pela CTTU nas Ruas Dois Irmãos e Manoel de Medeiros, e má conservação do entorno.
11.	25ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DA CIDADANIA DA CAPITAL Procedimento nº 01998.001.756/2023 — Inquérito Civil Interessados: Flávia de Queiroz Prazeres; Objeto: Apuração, sob a ótica da improbidade administrativa, de possível acumulação indevida de três cargos públicos
12.	PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE AMARAJI Procedimento nº 01635.000.024/2021 — Inquérito Civil Interessados: Prefeitura Municipal de Amaraji Objeto: Suposta irregularidade na dispensa de licitação e na contratação da empresa C.F. Construtora para locação de retroescavadeiras e caçambas, sem necessidade concreta de uso dos equipamentos.
13.	PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE SERRITA Procedimento nº 01609.000.035/2024 — Procedimento Preparatório Interessados: Prefeitura Municipal de Serrita Objeto: Apuração da prática de poluição sonora e condutas irregulares em bares locais, incluindo som automotivo em volume excessivo, perturbação à ordem pública e venda de bebidas alcoólicas a menores de idade.
14.	1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DA CIDADANIA DE PETROLINA Procedimento nº 01867.000.769/2023 — Inquérito Civil Interessados: Serviço Social do Hospital Dom Malan Objeto: Apuração de suposto abuso sexual envolvendo adolescente gestante, com vistas à adoção de providências protetivas pela rede de assistência social.
15.	4ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DA CIDADANIA DE PETROLINA Procedimento nº 01879.000.177/2021 — Inquérito Civil Interessados: Lorena Comércio de Combustíveis LTDA. Objeto: Apurar funcionamento irregular de posto de combustível em desobediência às regras estabelecidas pelo INMETRO.
16.	1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DA CIDADANIA DE PETROLINA Procedimento nº 01877.001.177/2024 — Procedimento Preparatório

	Interessados: Escola Estadual Professor Manoel Xavier Paes Barreto; Objeto: Apurar possível situação de risco a que está exposto o adolescente Y. P.
17.	4ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DA CIDADANIA DE PETROLINA Procedimento nº 01879.000.022/2020 — Inquérito Civil Interessados: Gilmar dos Santos Pereira; Secretaria Municipal de Saúde de Petrolina/PE Objeto: Apurar possível irregularidade no funcionamento de Unidade Básica de Saúde do bairro São Joaquim
18.	4ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DA CIDADANIA DE PETROLINA Procedimento nº 01879.000.309/2021 — Inquérito Civil Interessados: Secretaria Municipal de Saúde de Petrolina/PE; Objeto: Apurar supostas irregularidades no Centro de Parto Normal (CPN) de Petrolina
19.	17ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DA CIDADANIA DA CAPITAL Procedimento nº 02053.000.221/2022 — Inquérito Civil Interessados: Antônia Lustosa Vieira da Silva; Unimed Recife Cooperativa de Trabalho Médico Objeto: Apurar suposta negativa de concessão de assistência domiciliar (<i>home care</i>), além de possível alta hospitalar precoce em desacordo com orientação médica.
20.	17ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DA CIDADANIA DA CAPITAL Procedimento nº 02053.002.221/2022 — Inquérito Civil Interessados: Wilza Araújo de Miranda; SASSEPE – Sistema de Assistência à Saúde dos Servidores do Estado de Pernambuco Objeto: Apurar possível suspensão, sem previsão de retorno, do atendimento de urgência/emergência pediátrica por parte do SASSEPE – Sistema de Assistência à Saúde dos Servidores Públicos do Estado de Pernambuco.
21.	20ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DA CIDADANIA DA CAPITAL Procedimento nº 02009.001.159/2023 — Inquérito Civil Interessados: Secretaria-Executiva de Controle Urbano (SECON) / Secretaria de Ordem Pública e Segurança (SEOPS) Objeto: Apurar possível ocupação irregular da Praça do El Salvador, em Jardim São Paulo

Nº	Conselheiro (a): Drª. GIANI MARIA DO MONTE SANTOS RODOLFO DE MELO
1.	3ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DA CIDADANIA DE OLINDA Procedimento nº 01923.000.358/2024 - Procedimento Preparatório Interessados: Kátia Cristina Farias Costa Objeto: possível poluição atmosférica
2.	4º PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DA CIDADANIA DE PETROLINA Procedimento nº 01879.000.331/2020 — Inquérito Civil Interessados: Audenir de Souza Pereira Lima Alves, Prefeitura de Petrolina e Fundação Altino Ventura Objeto: demora no agendamento de exames e procedimentos oftalmológicos realizados pela Fundação Altino Ventura
3.	20ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DA CIDADANIA DA CAPITAL Procedimento nº 02009.000.289/2020 - Inquérito Civil Interessados: Leonardo Antônio Cisneiros Arrais e Vitor Araripe Objeto: possíveis irregularidades no Decreto Municipal nº 34.113
4.	1º PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DA CIDADANIA DE PETROLINA Procedimento nº 01867.000.886/2024 — Procedimento Preparatório Interessados: I.S.M.S. Objeto: possível situação de vulnerabilidade de criança

5.	1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PESQUEIRA Procedimento nº 02256.000.210/2023 — Inquérito Civil Interessados: Lar Esperança de Vida Objeto: acompanhamento da prestação de contas do Lar Esperança de Vida
6.	3ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE IGARASSU Procedimento nº 02050.000.443/2022 — Inquérito Civil Interessados: Severino de Souza Silva e Prefeitura de Igarassu Objeto: possíveis descumprimentos à Lei de Acesso à Informação
7.	PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE OROCO Procedimento nº 01689.000.033/2022 — Inquérito Civil Interessados: Prefeitura de Orocó Objeto: possíveis irregularidades apontadas no Processo TC nº 1480057-3
8.	2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ABREU E LIMA Procedimento nº 02158.000.772/2023 — Procedimento Preparatório Interessados: YOU ASSISTÊNCIA MÉDICA LTDA, Dayane do Nascimento Tavares, Ingra Batista da Silva Gonçalves Objeto: apurar irregularidade no credenciamento de clínica obstétrica e deficiência na cobertura do Plano You Saúde.
9.	3ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DA CIDADANIA DE OLINDA Procedimento nº 01923.000.182/2021 — Inquérito Civil Interessados: Loteamento Vila Brasília Objeto: acompanhar e fiscalizar a implementação do Loteamento Vila Brasília, habitacional multifamiliar, localizado na Avenida Senador Nilo Coelho, no Município de Olinda/PE.
10.	2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA CÍVEL DE SÃO LOURENÇO DA MATA Procedimento nº 02199.000.305/2021 — Inquérito Civil Interessados: Conselho Regional de Medicina do Estado de Pernambuco - CREMEPE, Hospital e Maternidade Petronila Campos, Secretaria Municipal de Saúde de São Lourenço da Mata Objeto: apurar irregularidades no funcionamento do Hospital e Maternidade Petronila Campos.

Nº	Conselheiro (a): Dr. AGUINALDO FENELON DE BARROS
1.	PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE AMARAJI Procedimento nº 01536.000.041/2021 — Inquérito Civil Interessados: Maria da Conceição Severiano Monteiro Objeto: apurar despejo irregular de um box comercial situado no terminal rodoviário de Amaraji/PE.
2.	PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE AMARAJI Procedimento nº 01635.000.007/2021 — Inquérito Civil Interessados: Secretaria Municipal de Saúde de Amaraji Objeto: apurar suposta atuação irregular, em Hospital Municipal, por profissional que não teria inscrição no Conselho Regional de Enfermagem (COREN).
3.	3ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DA CIDADANIA DE OLINDA Procedimento nº 01923.000.412/2022 — Inquérito Civil Objeto: apurar cumprimento de mandado de imissão de posse e suas repercussões na situação dos ocupantes do imóvel denominado "Vila Almirante".
4.	19ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DA CIDADANIA DA CAPITAL Procedimento nº 02053.000.554/2022 — Inquérito Civil Interessados: Laboratório de Medicina Natural, Leila Maria Pimentel Objeto: apurar supostas irregularidades na comercialização de Cloreto de Magnésio PA.
5.	PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE QUIPAPÁ Procedimento nº 01699.000.135/2023 — Procedimento Preparatório

	Interessados: Prefeitura Municipal de Quipapá Objeto: apurar não fornecimento de leite especial pela Secretaria de Saúde municipal.
6.	4ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DA CIDADANIA DE PAULISTA Procedimento nº 01975.000.470/2024 — Procedimento Preparatório Interessados: a sociedade Objeto: apurar situação de abandono de imóvel, que estaria sendo utilizado para venda e consumo de drogas e como esconderijo para atividades criminosas.
7.	2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA CÍVEL DE SÃO LOURENÇO DA MATA Procedimento nº 02199.000.366/2024 — Procedimento Preparatório Interessados: Município de São Lourenço da Mata Objeto: apurar construção irregular de uma canaleta na Rua Manoel Joaquim de Santana, em São Lourenço da Mata.

Nº	Conselheiro (a): Dr. EDSON JOSÉ GUERRA
1.	3ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DA CIDADANIA DE PETROLINA Procedimento nº 01877.000.096/2024 - Inquérito Civil Interessada(s): Chácara Millennium e Givanildo Leandro Pereira Objeto: Suposta poluição sonora
2.	PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE BOM JARDIM Procedimento nº 01781.000.222/2024 - Procedimento Preparatório Interessados: Jacira Gonçalves de Farias Moraes e noticiante anônimo Objeto: possível ato de improbidade administrativa
3.	30ª E 46ª PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE DEFESA DA CIDADANIA DA CAPITAL Procedimento nº 02014.000.042/2024 — Inquérito Civil Interessados: Fabiana Carla Tavares Rego, Antonieta Cristina Tavares Rego, A.N.R. e I.T.R. Objeto: Possível violação aos direitos dos idosos
4.	2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE CARPINA Procedimento nº 02207.000.091/2023 - Inquérito Civil Interessados: Município de Lagoa do Carro e noticiante anônimo Objeto: Apuração de supostas irregularidades na construção de creche
5.	1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE BUÍQUE Procedimento nº 01643.000.026/2024 - Inquérito Civil Interessados: Daniele Carla de Araújo Valgueiro e noticiante anônimo Objeto: Apuração de suposto não cumprimento de carga horária por servidora
6.	6ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DA CIDADANIA DE JABOATÃO DOS GUARARAPES Procedimento nº 02144.000.489/2022 - Inquérito Civil Interessados: Escola Visconde de Suassuna Objeto: Apuração de suposta falta de aulas e outras irregularidades na escola
7.	PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE GAMELEIRA Procedimento nº 01662.000.101/2021 - Procedimento Preparatório Interessados: Câmara Municipal de Gameleira Objeto: Apuração de possíveis atos de improbidade administrativa
8.	PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TABIRA Procedimento nº 01715.000.018/2023 - Inquérito Civil Interessados: Fundo Municipal de Saúde do Município de Tabira/PE e Edivonaldo Veras Rodrigues EIRELI Objeto: Apuração de possíveis irregularidades em contrato de fornecimento de combustíveis
9.	30ª E 46ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DA CIDADANIA DA CAPITAL Procedimento nº 02014.000.939/2023 — Inquérito Civil Interessado(s): Alfredo Gonçalves da Silva

	Objeto: possível situação de vulnerabilidade de pessoa idosa
10.	30ª E 46ª PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE DEFESA DA CIDADANIA DA CAPITAL Procedimento nº 02014.000.733/2021 - Inquérito Civil Interessada(s): M.L.S. Objeto: Apuração de possível violação aos direitos de pessoa idosa, supostamente vítima de negligência e abandono familiar
11.	43ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DA CIDADANIA DA CAPITAL Procedimento nº 01998.002.020/2023 - Inquérito Civil Interessada(s): Monique Ferreira dos Santos Objeto: Apuração de suposta acumulação indevida de cargos públicos
12.	2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DA CIDADANIA DE OLINDA Procedimento nº 01920.000.597/2022 - Inquérito Civil Interessada(s): Elisangela Santos de Senna e Secretaria Municipal de Saúde Objeto: Apuração de supostas irregularidades no atendimento da Sra. Elisangela Santos de Senna no USF Bonsucesso 1, incluindo negativa de atendimento e tratamento descortês
13.	PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE CATENDE Procedimento nº 02225.000.156/2022 — Procedimento Preparatório Interessados: Secretaria Municipal do Meio Ambiente de Catende Objeto: solicitação de reunião extrajudicial
14.	3ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DA CIDADANIA DO CABO DE SANTO AGOSTINHO Procedimento nº 02328.000.332/2023 - Inquérito Civil Interessada(s): Construtora Carvalho Pereira S.A. e Secretaria Executiva de Meio Ambiente (SEMA) do Cabo de Santo Agostinho Objeto: Apuração de suposto descumprimento das normas de licenciamento ambiental pelo empreendimento Dharma Ville I e II
15.	17ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DA CIDADANIA DA CAPITAL Procedimento nº 02053.001.033/2024 - Inquérito Civil Interessada(s): Companhia Pernambucana de Saneamento S.A. (COMPESA) Objeto: possível dificuldade enfrentada por consumidor ao fazer ligação de esgoto na Rua Nestor Moreira (Imbiribeira)
16.	PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE OROCÓ Procedimento nº 01689.000.036/2022 - Inquérito Civil Interessado(s): Câmara Municipal de Orocó Objeto: possíveis irregularidades apontadas no processo TC nº 9780031-4
17.	PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE RIO FORMOSO Procedimento nº 01701.000.121/2023 - Procedimento Preparatório Interessado(s): Presidente da Associação dos Barqueiros e Canoeiros de Rio Formoso, Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade de Pernambuco (SEMAS) e Agência Estadual de Meio Ambiente (CPRH) Objeto: Acompanhamento da implementação do Zoneamento Ambiental e Territorial das Atividades Náuticas (ZATAN) na região do estuário do Rio Formoso
18.	17ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DA CIDADANIA DA CAPITAL Procedimento nº 02053.001.588/2024 - Procedimento Preparatório Interessado(s): Conselho Regional de Odontologia (CRO/PE) e Vanildo Lacerda Objeto: suposto exercício ilegal da profissão de técnico em prótese dentária e de cirurgião-dentista
19.	3º PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DA CIDADANIA DE CARUARU Procedimento nº 01876.000.176/2021 — Inquérito Civil Interessados: Município de Caruaru e outros Objeto: Apuração das condições de segurança para o pleno funcionamento da Feira de Caruaru, no Parque 18 de Maio, especialmente quanto ao risco de incêndios

20.	17ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DA CIDADANIA DA CAPITAL Procedimento nº 02053.002.208/2022 — Inquérito Civil Interessados: Laboratório B. Braun S/A Objeto: Apurar desvio de qualidade na produção e comercialização do medicamento solução de cloreto de sódio 0,9% (solução injetável)
21.	14ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DA CIDADANIA DA CAPITAL Procedimento nº 01998.000.713/2023 - Inquérito Civil Interessado: Fundarpe Objeto: Apurar supostas irregularidades nos procedimentos de contratações artísticas da Fundarpe, em 2023, referente ao Edital das Paixões
22.	PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TUPARETAMA Procedimento nº 01725.000.039/2021 — Inquérito Civil Interessado: Lino Olegário de Moraes Objeto: Apurar possível prática de ato de improbidade administrativa
23.	3ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DA CIDADANIA DE OLINDA Procedimento nº 01923.000.085/2024 — Procedimento Preparatório Interessado: Carlos Alberto de Oliveira Objeto: Apurar suposta construção irregular de primeiro andar em imóvel
24.	PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE OROCÓ Procedimento nº 01689.000.020/2024 — Procedimento Preparatório Interessados: Prefeitura Municipal de Orocó e noticiante anônimo Objeto: possível ato de improbidade administrativa
25.	1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ARARIPINA Procedimento nº 02040.000.015/2024 — Inquérito Civil Interessados: Sra. Leda Maria Barbosa Batista e Secretaria de Infraestrutura de Araripina/PE Objeto: Apuração de possível vazamento de água e esgotos públicos
26.	PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE AMARAJI Procedimento nº 01635.000.014/2020 — Inquérito Civil Interessados: Conselho Tutelar de Amaraji/PE e Município de Amaraji/PE Objeto: Apuração de fragilidades na infraestrutura de trabalho do Conselho Tutelar de Amaraji/PE
27.	PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE OROCÓ Procedimento nº 01689.000.045/2022 — Inquérito Civil Interessados: Município de Orocó-PE Objeto: Apurar a ausência de repasse à Caixa Econômica Federal (CEF) de valores descontados das remunerações de servidores do Município de Orocó-PE
28.	1º PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DA CIDADANIA DE PETROLINA Procedimento nº 01867.000.961/2024 - Procedimento Preparatório Interessados: N.R.S.S. Objeto: Evasão hospitalar de criança
29.	2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE SALGUEIRO Procedimento nº 01939.000.196/2021 — Inquérito Civil Interessados: Juliana Sousa Rocha e Prefeitura de Salgueiro Objeto da Investigação: suposto assédio moral no ambiente trabalho
30.	2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ABREU E LIMA Procedimento nº 02158.000.534/2024 - Procedimento Preparatório Interessados: Prefeitura de Abreu e Lima Objeto: Apuração da contratação de empresa de segurança privada clandestina por órgãos públicos em eventos sociais
31.	2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TIMBAÚBA Procedimento nº 02023.000.042/2022 — Inquérito Civil Interessados: Município de Timbaúba/PE Objeto: Apuração de supostos atos de improbidade administrativa

32.	20ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DA CIDADANIA DA CAPITAL Procedimento nº 02009.001.216/2024 — Procedimento Preparatório Interessados: Marilene Lima Objeto: Investigação de possíveis transtornos causados pelo funcionamento de suposta fábrica de tijolos no bairro de Iputinga, Recife/PE
33.	17ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DA CIDADANIA DA CAPITAL Procedimento nº 02053.001.018/2023 — Inquérito Civil Interessados: MS Estofados e Juliana Lopes de Lira Objeto: Apuração de supostas práticas abusivas da empresa MS Estofados, incluindo a negativa de troca de produto com vício e a ausência de emissão de cupom fiscal
34.	4ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DA CIDADANIA DE JABOATÃO DOS GUARARAPES Procedimento nº 02011.000.188/2022 — Inquérito Civil Interessados: Federação dos Usuários dos Transportes de Passageiros do Estado de Pernambuco, Grande Recife Consórcio de Transporte e permissionária da lanchonete Objeto: Apurar suposta irregularidade no funcionamento de lanchonete dentro do terminal de ônibus em Barra de Jangada